





DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 470 615.00
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00

SUMÁRIO

Tribunal Supremo

Declaração n.º 13/14:

Cessa as funções de Tobias Epalanga, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo para efeitos de jubilação.

Declaração n.º 14/14:

Cessa as funções de António Paços Lopes, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo para efeitos de jubilação.

Declaração n.º 15/14:

Cessa as funções de Augusto da Costa Carneiro, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo para efeitos de jubilação.

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 2145/14:

Exonera Arlina Joana Aparício Gonçalves Feijó do cargo de Directora Clínica do Centro de Saúde da Terra Nova.

Despacho n.º 2146/14:

Desvincula Filipa Salvador, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2147/14:

Desvincula António Caquinda, Encarregado Qualificado, do quadro de pessoal do Governo Provincial de Luanda, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 2148/14:

Desvincula Santa Pedro, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2149/14:

Desvincula Sara Matias José Bernardo, Técnica Principal, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2150/14:

Desvincula Raquel Navipui Pestana, Operária Qualificada, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2151/14:

Desvincula Madalena Augusto da Silva da Coelho da Conceição, Técnica Principal de 1.ª Classe, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2152/14:

Desvincula Maria Lela Damião Francisco, Professora do Ensino Primário Auxiliar de 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2153/14:

Desvincula Lina Firmino da Rosa, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2154/14:

Desvincula Libânia Mercedes da Costa Fernandes Pimentel, Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2155/14:

Desvincula Luiza Bunga, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2156/14:

Desvincula Luísa José Cambundo, Operária Qualificada, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2157/14:

Desvincula Luísa Adão Lemos, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2158/14:

Desvincula Maria da Conceição Alexandre, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2159/14:

Desvincula Joana André Sebastião, Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2160/14:

Desvincula Isabel Manuel Inácio da Silva, Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2161/14:

Desvincula Isabel Manuel Francisco, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2162/14:

Desvincula Helena Albano Calombe, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2163/14:

Desvincula Helena Alberto, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2164/14:

Desvincula Gabriel Lisose, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2165/14:

Desvincula Fernando Aroma Maiala, Director do Ensino Primário, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2166/14:

Desvincula Francisca António Pedro, Auxiliar de Limpeza, da Direcção Provincial da Educação, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2167/14:

Dispensa Arlina Joana Aparício Gonçalves Feijó, Médica Interno Geral, por um período de 2 anos, de suas actividades laborais.

Despacho n.º 2168/14:

Transfere Cesarino Cláudio dos Santos Miguel, Inspector Superior de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do Governo Provincial de Luanda para o Serviço Nacional das Alfândegas.

Despacho n.º 2169/14:

Coloca Elisabeth Regina Gomes Figueiredo, Catalogadora de 3.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 57/14:

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada» no valor global de USD 1.350.000,00.

Resolução n.º 58/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Karam Indústria, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00, no Regime Contratual.

TRIBUNAL SUPREMO

Declaração n.º 13/14

de 28 de Agosto

Declara que Tobias Epalanga, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, cessou funções para efeitos de jubilação por, Deliberação de 23 de Janeiro de 2013, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos do que dispõe o artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, com referência ao artigo 3.º n.º 1 do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho.

Gabinete do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo, em Luanda, aos 13 de Maio de 2014. — O Juiz Conselheiro Presidente, *Cristiano André*.

Declaração n.º 14/14

de 28 de Agosto

Declara que António Paços Lopes, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, cessou funções para efeitos de jubilação, por Deliberação de 23 de Janeiro de 2013, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos do que dispõe o artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, com referência ao artigo 3.º n.º 1 do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho.

Gabinete do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo, em Luanda, aos 13 de Maio de 2014. — O Juiz Conselheiro Presidente, *Cristiano André*.

Declaração n.º 15/14

de 28 de Agosto

Declara que Augusto da Costa Carneiro, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, cessou funções para efeitos de jubilação, por deliberação de 20 de Dezembro de 2013, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos termos do que dispõe o artigo 52.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, com referência ao artigo 3.º n.º 1 do Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho.

Gabinete do Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal Supremo, em Luanda, aos 13 de Maio de 2014. — O Juiz Conselheiro Presidente, *Cristiano André*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 2145/14

de 28 de Agosto

Considerando a carta datada de 2 de Fevereiro de 2012, relacionado com o pedido de dispensa para formação de especialidade de Pediatria, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 12/94, de 1 de Julho, sobre o regime jurídico e condições de exercício de cargos de direcção e chefia.

O Governador Provincial, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, da Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Arlina Joana Aparício Gonçalves Feijó, Médica Interno Geral, Agente n.º 86576755, exonerada do cargo de Directora Clínica do Centro de Saúde da Terra Nova, pelo qual havia sido nomeada por Despacho Interno n.º 502/GAB.GOV/09, de 2 de Outubro.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2146/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto

Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Filipa Salvador, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10373446, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2147/14 de 28 de Agosto

Havendo a necessidade de se aposentar o abaixo mencionado, em virtude de ter atingido o tempo de serviço, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina:

1. É António Caquinda, com a categoria de Encarregado Qualificado, Agente n.º 00553986, desvinculado por reforma, do quadro de pessoal do Governo Provincial de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2148/14 de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Santa Pedro, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10396223, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2149/14 de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Sara Matias José Bernardo, com a categoria de Técnica Principal, Agente n.º 08632490, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2150/14 de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Raquel Navipui Pestana, com a categoria de Operária Qualificada, Agente n.º 06283623, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2151/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Madalena Augusto da Silva Coelho da Conceição, com a categoria de Técnica Principal de 1.ª Classe, Agente n.º 08660701, desvinculada por reforma da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2152/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria Leila Damião Francisco, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar 1.º Escalão, Agente n.º 10325134, desvinculada por reforma da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2153/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto

n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Lina Firmino da Rosa, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 10383849, desvinculada por reforma, de Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2154/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Libânia Mercedes da Costa Fernandes Pimentel, com a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 08634508, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2155/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Luiza Bunga, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 01414235, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2156/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Luísa José Cambundo, com a categoria de Operária Qualificada, Agente n.º 06683997, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2157/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Luísa Adão Lemos, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 08648189 desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2158/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Maria da Conceição Alexandre, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 08608037, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2159/14

de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Joana André Sebastião, com a categoria de Professora do Ensino Primário Diplomado 1.º Escalão, Agente n.º 10303842, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2160/14
de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Isabel Manuel Inácio da Silva, com a categoria de Professora do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 08649450, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2161/14
de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/2012, de 19 de Outubro do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Isabel Manuel Francisco com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 01404805, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2162/14
de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação

por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Helena Albano Calombe, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 01414181, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2163/14
de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Helena Alberto, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 10365004, desvinculada por reforma, de Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2164/14
de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da

Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Gabriel Lisose, com a categoria de Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 07018523, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2165/14 de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Fernando Aroma Maiala, com a categoria de Director do Ensino Primário, Agente n.º 08654899, desvinculado por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2166/14 de 28 de Agosto

Considerando o Ofício n.º 1346/GAB/DPEL/12, de 19 de Outubro, do Director Provincial da Educação, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Decreto

Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Francisca António Pedro, com a categoria de Auxiliar de Limpeza, Agente n.º 01415022, desvinculada por reforma, da Direcção Provincial da Educação.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2167/14 de 28 de Agosto

Considerando a Nota n.º 28/DPSL/DRH/12, de 9 de Abril, relacionada com o pedido de dispensa para formação de especialidade de Pediatria, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º do Decreto Executivo n.º 67/03, de 25 de Novembro, sobre o Regulamento de Bolsas de Estudo da Saúde;

O Governador Provincial, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, da Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Arlina Joana Aparício Gonçalves Feijó, Médica Interno Geral, Agente n.º 86576755, colocada na Repartição Municipal de Saúde do Rangel, dispensada por um período de dois (2) anos de suas actividades laborais, para formação de especialidade de Pediatria no exterior do País (República de Cuba), com a manutenção de salários.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2168/14 de 28 de Agosto

Mediante solicitação do Serviço Nacional das Alfândegas, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Cesarino Cláudio dos Santos Miguel, Inspector Superior de 2.ª Classe, transferido do quadro de pessoal do Governo Provincial de Luanda para o Serviço Nacional das Alfândegas.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2169/14
de 28 de Agosto

Mediante solicitação do Governo Provincial do Kuando Kubango, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Elisabeth Regina Gomes Figueiredo, Catalogadora de 3.ª Classe, Agente n.º 88158170, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Novembro de 2012. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 57/14
de 28 de Agosto

Considerando que a sociedade «MULAMBI — Portugal, Limitada», pessoa colectiva de Direito Português, entidade não residente cambial, investidor externo, com sede social na Rua da Moura, n.º 43, Adães, Distrito de Aveiro, Concelho de Oliveira de Azeméis, Portugal apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de Investimento Externo.

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se a subscrição de uma participação social de 98%, numa sociedade de Direito Angolano a ser constituída e denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada», cuja finalidade principal será a transformação de arroz.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores da economia, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada» no valor global de USD 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 15 de Maio de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO — PROJECTO MOLAMBI — ALIMENTOS DE ANGOLA, LIMITADA

Contrato de Investimento

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, nos termos da delegação de competências previsto n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio — Lei do Investimento Privado — com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada pela Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, com poderes legais e estatutários para o acto (adiante designados, respectivamente, por «ESTADO» e «ANIP»);

E

MULAMBI — Portugal, Limitada, pessoa colectiva de Direito Português, entidade não residente cambial, investidor externo, com sede social na Rua da Moura, n.º 43, Adães, Distrito de Aveiro, Concelho de Oliveira de Azeméis, Portugal, aqui representada por *Jorge Pedro Dias Matias*, Passaporte Português n.º M782854, e Cartão de Estrangeiro Residente n.º 0002463A07, com poderes legais para o acto, doravante designado por «Investidor»;

O «Investidor» e o «Estado» quando referidos conjuntamente serão referidos como «Partes».

Considerando que:

- a) Nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), a ANIP é o órgão do Estado encarregue de i) executar a política nacional em matéria de investimento privado e ii) promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola;
- b) O Investidor pretende investir na província do Luanda, Angola, em parceria com um nacional, por via da constituição de uma sociedade de Direito Angolano denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada», na concepção e implementação de um projecto no sector da indústria transformadora, (adiante designado por o «Projecto de Investimento» ou «Investimento»);
- c) O promotor do projecto, por via do investimento que irá fazer, pretende desenvolver a sua actividade na Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, contribuindo para criação de novos postos de trabalho e o crescimento económico da região e do país;
- d) O presente projecto do investidor privado, enquadra-se no regime contratual regulado na Lei do Investimento Privado por força do da alínea a) do seu artigo 51.º;
- e) É intenção do Estado Angolano apoiar o projecto de investimento do investidor privado e é intenção deste cumprir com todas as disposições deste contrato e da lei.

Nestes termos, animadas pelo propósito de concretização do referido Projecto de Investimento, as Partes acordam livremente, de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma delas, na celebração do presente Contrato de Investimento Privado (adiante designado por «Contrato de Investimento» ou «Contrato»), que se regerá pelo disposto na Lei do Investimento Privado, pelos Considerandos anteriores, pelos respectivos Anexos e pelo disposto nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Sociedade executora do Projecto)

Pelo presente contrato e para a execução do objecto constante da cláusula primeira, o investidor irá constituir uma sociedade de Direito Angolano denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada».

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza administrativa e objecto do Contrato de Investimento)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa.
2. Constitui objecto deste Contrato de Investimento a subscrição de uma participação social de 98%, numa sociedade de Direito Angolano a ser constituída e denominada «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada», cuja principal actividade será a transformação de arroz.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização geográfica do Projecto)

O Projecto de Investimento estará localizado na Via Expresso, Sentido Cacuaco - Benfica, BITA em Luanda, na Zona de Desenvolvimento A.

CLÁUSULA 4.ª

(Regime jurídico dos bens do Investidor)

A Sociedade «MULAMBI — Alimentos de Angola, Limitada», será a única proprietária das instalações, máquinas e bens de equipamento que vierem a ser adquiridas no âmbito do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 5.ª

(Período de vigência e denúncia do Contrato)

1. O presente Contrato de Investimento é válido, eficaz e vinculativo para as Partes por tempo indeterminado, se nenhuma das Partes o denunciar com antecedência mínima de seis meses.
2. Este Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos do Projecto de Investimento)

Com a realização do presente Projecto de Investimento constituem objectivos principais do Investidor os seguintes:

- a) Fornecimento de produtos de elevada qualidade e a preços competitivos;
- b) Transformação de arroz;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- d) Obter transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- e) Diminuir o valor das importações e contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos;
- f) Promover o bem-estar económico, social e cultural das populações.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante do Investimento)

1. O valor global do Projecto de Investimento é de USD 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. No quadro de desenvolvimento do projecto de investimento poderá o investidor solicitar à ANIP, o alargamento do capital social ou o aumento do valor do investimento nos termos do estabelecido no artigo 78.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, (Lei do Investimento Privado).

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento)

O Projecto de Investimento implica nos termos das alíneas a) e d) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, a introdução no território nacional de moeda livremente conversível, como operação de investimento.

CLÁUSULA 9.ª

(Forma de realização do Investimento Privado)

O Projecto de Investimento implica nos termos da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, (Lei do Investimento Privado), a transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 1.350.000,00.

CLÁUSULA 10.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O valor global do investimento declarado, será financiado integralmente por capitais próprios do investidor externo.

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto de Investimento)

A implementação do Projecto será feita no prazo máximo de catorze (14) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato, conforme cronograma de execução, conforme anexo I.

CLÁUSULA 12.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos dividendos)

1. O Projecto de Investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e as regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. Depois de implementado o projecto de investimento e em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, ao investidor externo é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam Investimento Privado; e
- d) Produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. O Investidor só terá direito ao início do repatriamento dos lucros e dividendos depois de transcorridos 3 (três) anos a contar da data de implementação efectiva do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 13.ª

(Concessão de Facilidades, Incentivos Fiscais e Aduaneiros)

1. Nos termos do presente Projecto de Investimento e disposições legais correspondentes aplicáveis, constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, aos investidores privados assiste o direito aos incentivos fiscais seguintes:

Redução do pagamento de Imposto Industrial em 20% por um período de 1 (um) ano;

Redução do pagamento de Imposto sobre a Aplicação de Capitais em 10% por um período de 1 (um) ano para os lucros e dividendos que venham a ser distribuídos aos sócios decorrentes de investimento realizado na Zona A;

Redução do pagamento de Imposto de Sisa pela aquisição de terrenos e imóveis adstritos ao Projecto de Investimento.

2. O período redução conta-se a partir do início da laboração de pelo menos 90% da força de trabalho prevista, no âmbito da implementação do projecto de investimento.

3. No futuro, quer no aumento da capacidade instalada quer outra situação para otimizar a produção da fábrica, todos os equipamentos importados deverão beneficiar da Isenção do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras, com excepção do imposto de selo e taxas devidas pela prestação de serviços, sobre os bens e equipamentos, máquinas, viaturas pesadas e tecnológicas, acessórios e sobressalentes, nos termos do artigo 28.º da acima citada lei.

CLÁUSULA 14.ª

(Deveres do Estado)

Para além do disposto no presente Contrato, o Estado Angolano, através dos seus órgãos e instituições, deve garantir:

1. É garantido ao Investidor, em Angola, pelos princípios que enformam a ordem jurídica, política e económica angolana, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo, nos termos da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:

- a) O acesso aos Tribunais para a defesa e protecção dos direitos;
- b) O direito de denúncia junto do Ministério Público de quaisquer irregularidades, ilegalidades e actos de improbidade em geral que atentem directa ou indirectamente contra os seus interesses económicos;
- c) O pagamento de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, caso os bens objecto do projecto de investimento sejam expropriados;
- d) A garantia do direito de propriedade industrial sobre toda a criação intelectual;
- e) Garantia dos direitos de posse, uso e aproveitamento titulado da terra, bem como sobre outros recursos dominiais;
- f) Não interferência pública na gestão das empresas privadas, excepto nos casos expressamente previstos na lei;

- g) Não cancelamento de licenças sem o respectivo processo administrativo ou judicial;
- h) O direito de importação directa de bens do exterior e a exportação autónoma de produtos produzidos pelos investidores.

2. O Investidor é obrigado a respeitar a Lei do Investimento Privado e demais legislação aplicável e regulamentos em vigor na República de Angola, bem como os compromissos contratuais, sujeitando-se às penalidades deles definidos.

3. O Investidor é, em especial, obrigado a respeitar os seus deveres específicos, previsto no artigo 24.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 15.ª

(Acompanhamento e fiscalização do Projecto)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O «Investidor» deverá facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veiculo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, o(s) «Investidor(es)», sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

6. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

a) ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, Luanda - Angola

Telefones: (+244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (+244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

b) Investidor:

Endereço: Rua Amílcar Cabral, Prédio n.º 2,

Edifício Maianga, Loja B, Luanda - Angola

Telefone: 928 954 831.

E-mail: josealexandresilva(5)hotmail.com

c) Representante:

Endereço: Rua Marien Ngouabi, n.º 54, rés-do-chão, Direito, Luanda - Angola

Telefones: 923 328 322 / 222 001 414.

E-mail: pedromatias@mconsultingangola.com

7. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 16.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico e social importante que tem por base a realidade social e económica nacional, existente à data da sua elaboração.

2. Nos termos e condições que vierem a ser acordados entre o Investidor e o Estado, estima-se que o Projecto terá o seguinte impacto económico e social:

- a) Criação de 19 postos de trabalho para cidadãos nacionais;
- b) Contribuição para a formação através da aquisição de equipamentos e tecnologia de última geração;
- c) Em 2014, o VAB apresentará um valor negativo de 145.562 em virtude de a empresa ainda se encontrar em fase de instalação e formação. A partir de 2015 vai-se assistir a um aumento gradual sendo que 2015 é de 143.579, 2016 é de 752.456, 2017 é de 1.234.392 e 2018 será de 1.711.320.

CLÁUSULA 17.ª

(Impacto ambiental)

1. O Investidor fica obrigado a executar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor aplicável.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Sociedade obriga-se a adoptar, nos termos da lei, medidas de salvaguarda do meio ambiente na execução do Projecto.

CLÁUSULA 18.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

1. O empreendimento criará 21 (vinte e um) postos de trabalho directos, sendo 19 destinados à mão-de-obra nacional e dois expatriados.

2. Espera-se que o número de trabalhadores venha a crescer à medida que aumente a dimensão do mercado alvo.

3. No âmbito da execução do Projecto de Investimento, o Investidor obriga-se a consultar o INEFOP (Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional), no processo de recrutamento, selecção e formação dos trabalhadores.

4. A formação técnica será administrada no escritório sede da empresa.

5. O plano de formação dos trabalhadores angolanos a ser ministrado será parte dado nas instalações do formador e parte na sede da nossa empresa, constitui Anexo II ao presente Contrato.

CLÁUSULA 19.ª
(Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer pelo projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos:

- a) A «ANIP» envidará todos os seus esforços junto dos organismos públicos parceiros para que estas entidades efectuem os licenciamentos e aprovações necessárias ao projecto de forma célere e adequada às exigências do mesmo, em conformidade com a legislação angolana vigente;
- b) Ministério da Indústria, apoiar o licenciamento da actividade e o equilíbrio funcional do projecto;
- c) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social: (i) apoiar as acções de formação e (ii) contribuir para a colmatção dos custos de realização de estágios profissionais;
- d) Ministério das Finanças: (i) concessão das isenções fiscais e (ii) autorização dos desalfandegamentos de todos os bens a importar, nos termos da lei.
- e) Ministério de Ambiente, apoiar na emissão das licenças ambientais de instalação e operação;

CLÁUSULA 20.ª
(Deveres e direitos do Investidor)

1. O Investidor obriga-se, em geral, a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas e, em especial, a:

- a) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade estabelecidas no País;
- b) Promover a formação de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- c) Constituir fundos e reservas e fazer provisões nos termos da legislação em vigor; e
- d) Efectuar e manter actualizados, nos termos da lei, os seguros contra acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ambiental.

2. O Investidor terá o direito de recorrer ao crédito interno e externo nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 21.ª
(Lei aplicável)

O investidor está obrigado a respeitar a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e demais legislação aplicável e regulamentos em

vigor na República de Angola, bem como os compromissos contratuais.

CLÁUSULA 22.ª
(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros Diplomas, em matéria de Investimento Privado, constituem infracções os seguintes actos:

- a) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da autorização do investimento;
- b) A prática de actos de comércio fora do âmbito autorizado;
- c) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente de carácter fiscal;
- d) A não execução das acções de formação ou não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
- e) A sobre-facturação das máquinas e equipamentos importados para os fins do Projecto de Investimento.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 e USD 500.000,00, sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda das isenções e incentivos fiscais e outras facilidades concedidas;
- c) Revogação da autorização do investimento.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 23.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e o Investidor Privado, serão submetidos à arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s)

o chegarem a acordo quanto à pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O tribunal arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 24.ª

(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa e em 3 (três) exemplares de igual teor e validade e fazendo

igualmente fé, destinando-se ao Investidor, ANIP e Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 25.ª

(Anexos)

Constituem anexo ao presente contrato os seguintes documentos:

a) Cronograma de Execução e Implementação do Projecto (Anexo I);

b) Plano de Formação da mão-de-obra nacional (Anexo II); e

c) Plano de substituição dos expatriados (Anexo III).

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados assinaram o mesmo.

Feito e assinado em Luanda, aos 15 de Maio de 2014.

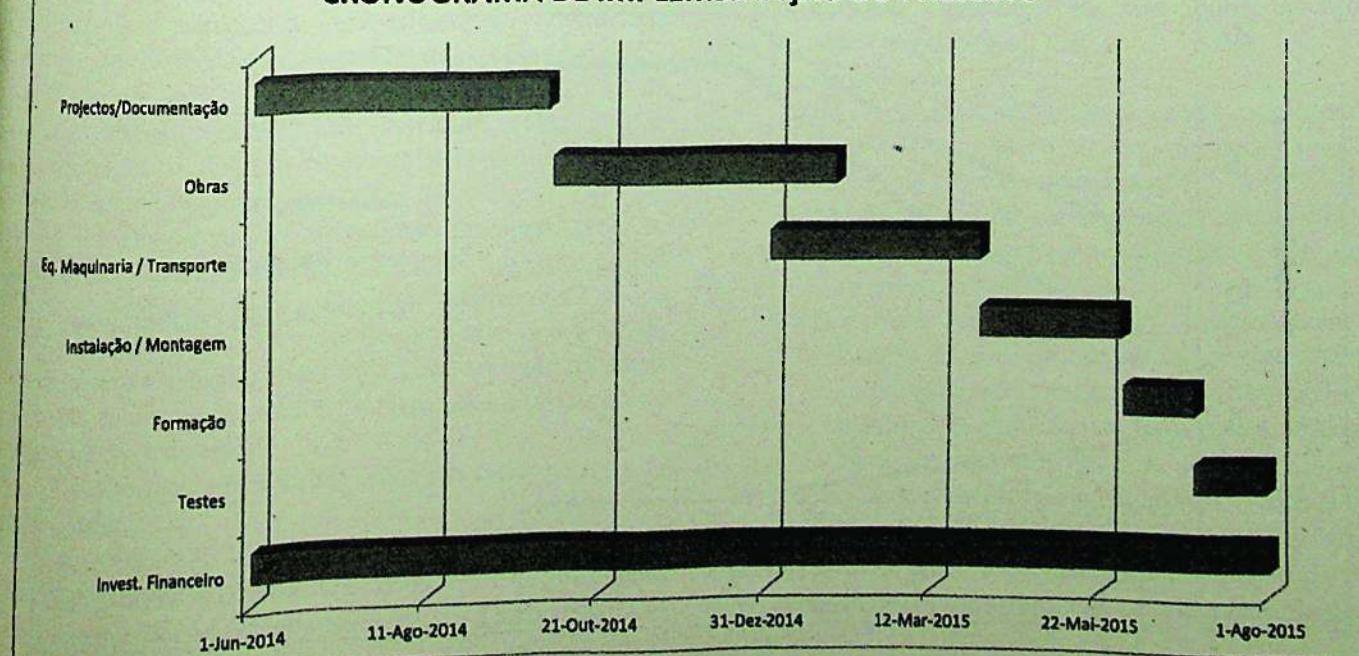
Pelo Estado da República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

O Investidor, *Jorge Pedro Dias Matias*.

ANEXO I Cronograma do Projecto

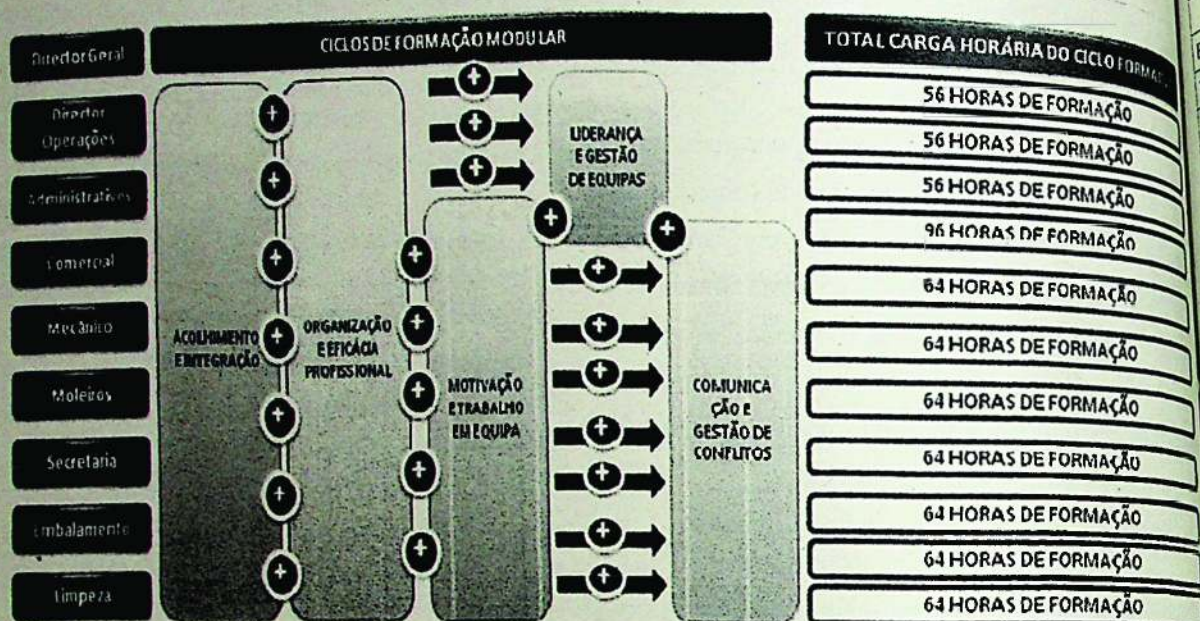
Tarefas	Data Inicial	Tempo (Dias)	Data Final
Projectos/Documentação	1 de Junho de 2014	120	1 de Outubro de 2014
Obras	1 de Outubro de 2014	120	1 de Fevereiro de 2015
Eq. Maquinaria / Transporte	1 de Janeiro de 2015	90	1 de Abril de 2015
Instalação / Montagem	1 de Abril de 2015	60	1 de Junho de 2015
Formação	1 de Junho de 2015	30	1 de Julho de 2015
Testes	1 de Julho de 2015	30	1 de Agosto de 2015
Investimento Financeiro	1 de Junho de 2014	426	1 de Agosto de 2015

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO



ANEXO II

Plano de Formação



Avaliação das aptidões

Apreciação crítica, da Equipa de Formadores da «MULAMBI — Portugal, Limitada», sobre o grupo e participantes na formação, e a aprendizagem individual de cada participante.

Serão apresentados os pontos que mais se evidenciaram assim como as áreas de melhoria, apresentadas sugestões de

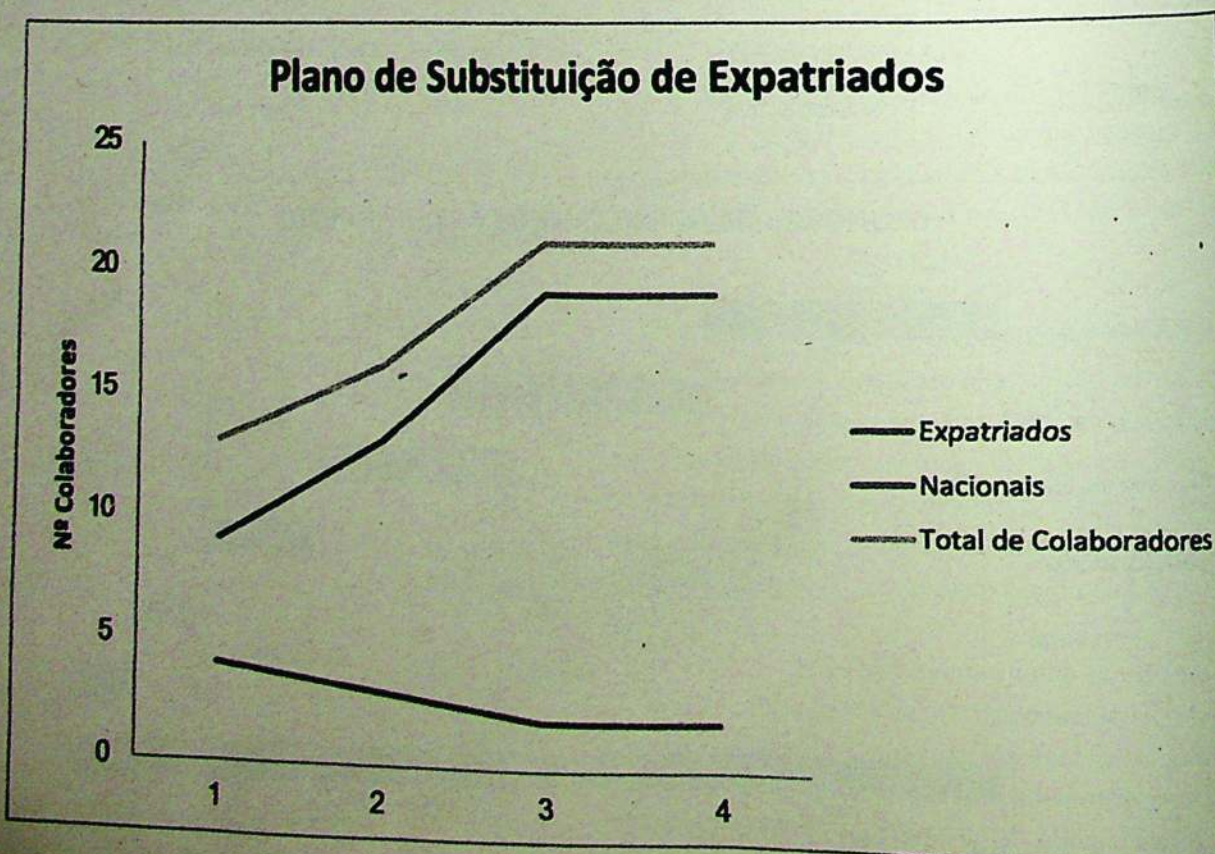
intervenção e prestado feedback resultante da observação crítica e constante dos Formadores.

Avaliação da Satisfação

Grau de satisfação dos colaboradores face a todas as componentes envolvidas na acção (desempenho do grupo e da equipa de formadores, objectivos e conteúdos programáticos, equipamentos e auxiliares pedagógicos, material de apoio, acompanhamento...).

ANEXO III

Plano de Substituição de Expatriados



Postos de Trabalho	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano N...	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Empregos Permanentes	9	4	13	3	19	2	19	2
Total	13		16		21		21	

Categoria Profissional	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano N.	
	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.	Nac.	Exp.
Direção	0	1	0	1	0	1	0	1
Técnicos Superiores	0	2	1	1	1	1	1	1
Técnicos Médios	1	1	1	1	2	0	2	0
Administrativos	1	0	2	0	2	0	2	0
Operários Especializados	1	0	2	0	4	0	4	0
Operários não Especializados	6	0	7	0	10	0	10	0
Total	9	4	13	3	19	2	19	2

Pelo Estado da República de Angola, a Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.
O Investidor, *Jorge Pedro Dias Matias*.

Resolução n.º 58/14 de 28 de Agosto

Considerando que, Satish Lallan Mishra, pessoa singular, de nacionalidade Indiana, entidade não residente cambial, investidor externo, com morada em A-3 Sargam Flats Near Ishwar Bhuvan, Índia e Neelam Satish Mishra pessoa singular, de nacionalidade indiana, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com morada em A-3 Sargam Flats Near Ishwar Bhuvan, Índia, representados pelo Satish Lallan Mishra, na qualidade de potencial sócio, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma proposta de Investimento Externo a realizar na República de Angola, considerada relevante para o sector da indústria;

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se constituir uma sociedade de Direito Angolano denominado, «Karam Indústria, Limitada»;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, construção de infra-estruturas económicas e sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «Karam Indústria, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Contratual cuja actividade principal será a Indústria Siderúrgica que consiste na transformação de metais, artefactos de ferro para a produção de portas, janelas e diversos.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Visto e aprovado pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 26 de Julho de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE A ANIP E KARAM INDÚSTRIA, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado.

As Partes;

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar do Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por *Maria Luísa Perdigão Abrantes*, Presidente do Conselho de Administração, com poderes para o acto, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho (doravante «Estado»);

Primeiro: — Satish Lallan Mishra, pessoa singular de nacionalidade indiana, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com a morada em A-3, Sargam Flats Near Ishwar Bhuvan, Índia;

Segundo: — Neelam Satish Mishra, pessoa singular de nacionalidade indiana, entidade não residente cambial, Investidor Externo, com a morada em A-3, Sargam Flats Near Ishwar Bhuvan, Índia.

Todos adiante designados como Investidores, e conjuntamente serão referidos como Partes.

Considerando que:

- Os Investidores, têm intenção de se estabelecer em Angola, através da constituição de uma sociedade da indústria siderúrgica;
- O seu know-how e a experiência acumulada no sector justificam a apresentação de uma proposta de investimento;
- O mercado angolano apresenta enormes potencialidades de crescimento no sector da indústria siderúrgica que consiste na transformação de metais para artefactos de ferro para a produção de portas, janelas e diversos.

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé e no interesse de cada uma delas, pela celebração do presente contrato de investimento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato)

1. O presente contrato tem natureza administrativa.
2. Constitui objecto do presente contrato, constituição de uma sociedade por quotas cuja actividade principal é a indústria siderúrgica que consiste na transformação de metais para artefactos de ferro para a produção de portas, janelas e diversos.

CLÁUSULA 2.ª

(Duração do Contrato)

1. O tempo de duração do Contrato é indeterminado.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens)

1. O projecto de investimento terá a sua sede na província de Luanda - Zona de Desenvolvimento A, no Bairro Kapalanga, casa sem número, Município de Viana, Província de Luanda, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.
2. Os bens de equipamento, máquinas, acessórios e outros meios fixos corpóreos, adquiridos e introduzidos pelos Investidores, para a realização do objecto do presente Contrato, estão sob o regime da propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Sociedade executora do Projecto)

Pelo presente contrato e para a execução do objecto constante da cláusula primeira, os Investidores irão constituir ao abrigo da Lei das Sociedades Comerciais, uma sociedade denominada «Karam Indústria, Limitada», que se encarregará da implementação, execução e gestão do Projecto de Investimento.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos do projecto de Investimento)

Com o presente Investimento os Investidores propõem-se a atingir os seguintes objectivos:

- a) Introduzir o domínio das novas tecnologia da indústria metalúrgica;
- b) Fomentar parcerias com empresas nacionais.

CLÁUSULA 6.ª

(Operações de Investimento)

Para a implementação do projecto e cumprimento do objecto social proposto, as operações de investimento que os investidores irão realizar, traduzir-se-ão em Operações de Investimento Externo, nos termos das alíneas a), b) c) e f) do artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante e formas de realização do Investimento)

1. O valor global do investimento é de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e será realizado da seguinte forma:

- a) USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através da importação de máquinas, equipamento e outros meios fixos corpóreos, nos termos do n.º 1 da alínea b) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.
- c) USD 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil dólares dos EUA), através da transferência de

fundos do exterior, nos termos do n.º 1 da alínea a) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Os Investidores no quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado poderão, nos termos da lei, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do Investimento, com vista a realização com êxito das actividades e seu desenvolvimento.

CLÁUSULA 8.ª

(Forma de financiamento do Investimento)

O Investimento de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), será financiado integralmente por fundos próprios importados do exterior dos Países, subscritos da seguinte forma:

- a) USD 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pelo sócio Satish Lallan Mishra, transferência de fundos do exterior;
- b) USD 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pela sócia Neelam Satish Mishra, transferência de fundos do exterior;
- c) USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através da importação de máquinas, equipamento e outros meios fixos corpóreos.

CLÁUSULA 9.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do projecto)

No âmbito da implementação e desenvolvimento do projecto, será realizado no prazo de 12 meses, conforme o cronograma de implementação.

Conforme o cronograma de implementação do projecto, pensamos que ainda no último trimestre do corrente ano, comecem as operações de instalação do estaleiro, após aprovação do projecto pela ANIP e esta fase, deve se estender até ao primeiro trimestre do ano de 2014, altura em que pensamos arrancar com as actividades de exploração.

CLÁUSULA 10.ª

(Força de trabalho do projecto e plano de formação)

1. O projecto prevê a criação de 100 postos de trabalho durante o período de execução da obra, nos seguintes termos;

- a) 20 Trabalhadores expatriados visando a cobertura dos trabalhos nas áreas de especialidade da electricidade, da electrónica, da mecânica, financeira e de gestão que serão reduzidos gradualmente de acordo com o princípio de substituição por trabalhadores Angolanos;
- b) 80 Trabalhadores nacionais;
- c) O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional num período que se estima de 3 a 6 anos, dependendo da complexidade da função, nos termos do Anexo 2.

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- a) Promover a substituição gradual da mão-de-obra expatriada, por trabalhadores nacionais, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores Angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- d) Assegurar-se que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores.

3. Os Investidores têm como objectivo proporcionar formação intensiva, transmissão de conhecimentos, *know-how* e conhecimentos técnicos para técnicos nacionais.

CLÁUSULA 11.ª (Impacte ambiental)

Os Investidores obriguem-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a Lei n.º 5/98, de 19 de Junho de 1998, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho de 2004, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e demais legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação, das instalações dos equipamentos no terminal;
- c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranja todos os sub-projectos;
- d) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativo sobre o ambiente.

CLÁUSULA 12.ª (Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do projecto traduz-se no seguinte:

- a) Criação de 80 postos de trabalho directos a nacionais, para a operação/exploração do projecto;
- b) Estima-se que o projecto venha criar 1200 postos de trabalho indirectos;
- c) Contribuir com um VAB acumulado no sector, de USD 6.714.305,00;
- d) Obter a transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- e) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno e
- f) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial e qualidade de produtos.

CLÁUSULA 13.ª (Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas Angolanas, através da ANIP, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio económico do projecto, comprometem-se a apoiar o licenciamento da actividade a exercer pelo projecto, em conformidade com os procedimentos estabelecidos:

- a) Ministério da Indústria como entidade tutelar, apoiar o licenciamento da actividade e o equilíbrio funcional do projecto;
- b) BNA — Departamento de Controlo Cambial: emitir as licenças dos capitais autorizados nos termos legalmente estabelecidos;
- c) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social: (i) apoiar as acções de formação.

CLÁUSULA 14.ª (Termos da Proporção e Graduação Percentual do Repatriamento dos Dividendos)

1. O projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e as regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. Depois de implementado o projecto de investimento e em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, aos Investidores é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado;
- d) Produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 15.ª (Execução e gestão do Projecto)

1. O prazo de execução do Projecto de Investimento é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da data da assinatura do presente Contrato.

2. Para o devido cumprimento dos prazos de execução do projecto de investimento, a ANIP deverá coordenar com as entidades públicas parceiras, a realização oportuna das acções inerentes ao apoio institucional aos "Investidores" com vista à garantia dos procedimentos administrativos e burocráticos necessários, em prazos legalmente admissíveis.

3. No âmbito da execução e gestão da implementação do projecto a ANIP realizará visitas ao projecto, com vista à verificação física da execução do mesmo, ficando as partes obrigadas a reunirem periodicamente, sempre que necessário.

CLÁUSULA 16.ª

(Mecanismo de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 Maio, os órgãos de Governo procederá, nos termos e forma legalmente prevista, a fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O(s) «Investidor(es)» deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao Projecto de Investimento ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veiculo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as sessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o cronograma de Implementação e execução do projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, o(s) Investidor(es), sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessárias as partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro de implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

CLÁUSULA 17.ª

(Notificações)

1. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente contrato de Investimento só serão válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

Estado, representado pela ANIP

Endereço: Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar,

Edifício Ministério da Indústria;

Telefone: +244 222 391 434 / 331 252

Fax: +244 222 393 381

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidores:

Endereço: Rua de Benguela, Bairro São Paulo, n.º 47,

Município do Sambizanga, Província de Luanda.

Telefone: +244 925 070 262 +244 929 367 552

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 18.ª

(Força Maior)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento estabelecido com a base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contractual existente, as partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias a pronto reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem dessa situação.

2. Verificando-se a alteração de circunstâncias referidas no número anterior, as partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

3. No caso de os bens objecto de Investimento Privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronto e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 19.ª

(Deveres e direitos dos Investidores)

1. Os «Investidores» obrigam-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submete-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas, nomeadamente:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no País;
- c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a Angolanização a nível das chefias e quadros nacionais.

2. Sem prejuízo dos direitos estabelecidos no presente Contrato, os «Investidores» gozarão ainda dos seguintes direitos:

- a) A sociedade a constituição gozará do estatuto de sociedade de Direito Angolano;
- b) Total protecção e respeito pelo sigilo profissional, bancário e comercial;
- c) Protecção da propriedade industrial e sobre todas as criações intelectuais.

3. Nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os «Investidores» têm direito a recorrer ao crédito após a implementação efectiva do projecto.

CLÁUSULA 20.ª

(Infracções e sanções)

1. No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros Diplomas, em material de Investimento Privado, constituem infracções os seguintes actos:

- a) Uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou da autorização do investimento;
- c) A prática de actos de comércio for a do âmbito autorizado;
- d) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação ou não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobre-facturação das máquinas e equipamentos importados para os fins do projecto de investimento.

2. Sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas por lei, as transgressões previstas no número anterior são passíveis das seguintes sanções:

- a) Multa, correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000.00 e USD 500.000.00, sendo o mínimo e o máximo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Revogação da autorização do Investimento.

3. As competências e procedimentos inerentes à aplicação e recursos sobre as sanções são as estabelecidas nos artigos 87.º e 88.º, ambos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 21.ª (Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativas à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato de Investimento, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e um ou ambos os Investidores Privados serão submetidos à arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

2. O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, sendo um designado pelo(s) demandante(s), o Segundo, pelo(s) demandado(s) e o terceiro, que desempenhará a função de presidente, escolhido por acordo entre os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s). Se os árbitros nomeados pelo(s) demandante(s) e demandado(s) não chegarem a acordo quanto a pessoa a designar para terceiro árbitro, o terceiro árbitro será designado nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

3. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

4. A arbitragem será conduzida em Língua Portuguesa.

5. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativos e irrecuráveis. As partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acordos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª (Lei aplicável)

O Contrato de Investimento rege-se pela Lei Angolana, designadamente pela Lei do Investimento Privado e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA 23.ª (Entrada em vigor)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA 24.ª (Língua do Contrato e exemplares)

1. As partes acordam que todos os documentos contratuais, descritos na cláusula 20.ª assim como toda a documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da sua execução, deverão estar em Língua Portuguesa e em dois exemplares.

2. Caso qualquer uma das partes produza ou invoque algum documento em língua estrangeira, este só será eficaz se traduzido para Língua Portuguesa, sem prejuízo de, em caso de litígio ou dúvida, prevalecer a conteúdo do documento original sobre a tradução.

CLÁUSULA 25.ª (Documentos contratuais)

1. O Contrato de Investimento, com os seus Anexos, e o CRIP contém todos os direitos e obrigações assumidas pelas Partes, no que diz respeito a definição e disciplina das relações entre si no âmbito do Contrato de Investimento, e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentidos diversos.

2. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento e os seus Anexos, para ser válida, terá que constar de documento escrito assinado por todas as Partes.

3. Em caso de litígio e/ou divergência de interpretação, os anexos e o CRIP não podem ser autonomamente interpretadas e/ou invocadas entre as Partes e/ou perante terceiros.

4. Havendo contradições entre o conteúdo dos Anexos e/ou do CRIP e o contrato de investimento, prevalecem as Cláusulas do Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 26.ª (Documentos Anexos)

São partes integrantes do Contrato de Investimento os Anexos seguintes:

- a) Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;
- b) Plano de Substituição Gradual da Mão-de-Obra Expatriada
- c) Cronograma de Implementação do Projecto,

Feito em Luanda, aos 26 de Julho de 2013.

Pela República de Angola, A Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração.

Pelos Investidores, *Satish Lallan Mishra*. — Investidor/ Representante Legal.

ANEXO I

Plano de Formação da Força de Trabalho Nacional

Número de Ordem	Categoria Profissional	Número de Formados	Tipo de Formação	Local de Formação	Tempo de Formação	Categoria de Formados
01	Técnicos Superiores	5	Em Contabilidade; Engenharia Química; Engenharia de Produção e de Sistema.	Angola	12 Meses	Técnico Superior
02	Técnicos Médios	4	Em Contabilidade; Relações Públicas; Tecnologias de Informação e Recursos Humanos.	Angola	12 Meses	Técnico Superior
03	Administradores	4	Secretariado; Relações Públicas e Marketing.	Angola	12 Meses	Técnico Superior
04	Operários Especializados	65	Operações com Máquinas e Equipamento.	Angola	12 Meses	Técnico Superior

ANEXO II

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada

Categorias Profissionais	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Nacional	Expatriado	Nacional	Expatriado	Nacional	Expatriado
Direção	1	1	1	1	1	1
Técnico Superiores	20	20	25	15	30	15
Técnico Médios	12	-	24	-	36	-
Administrativos	3	-	6	-	10	-
Operários especializados	45	-	90	-	120	-
Total	81	21	146	16	197	16

ANEXO III

Cronograma de Implementação do Projecto

No âmbito da implementação e desenvolvimento do Projecto, será realizado no prazo de 12 meses, conforme o cronograma de implementação.

Ações a Executar	I Trimestre de 2013	II Trimestre de 2013	III Trimestre de 2013	IV Trimestre de 2013
Aprovação e Licenciamentos				
Importação dos Capitais				
Importação das Máquinas e Equipamentos				
Construção e Montagem dos Equipamentos				
Testes e Arranque				

Conforme o cronograma de implementação do projecto, pensamos que ainda no segundo trimestre do corrente ano, comecem as operações de instalação da fábrica, após aprovação do projecto pela ANIP e esta fase, deve se estender até ao quarto trimestre do ano de 2013, altura em que pensamos arrancar com as actividades de exploração do Projecto.

Pela República de Angola, A Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luisa Perdigão Abrantes*. — A Presidente do Conselho de Administração.

Pelos Investidores, *Satish Lallan Mishra*. — Investidor Representante Legal.